

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.375 - SP (2019/0060365-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **IZILDA LOPES BARBOSA**  
**RECORRENTE** : **LUIZ CARLOS PIMENTEL**  
**RECORRENTE** : **ANGELA MARIA POSSIGNOLO GABRIEL**  
**RECORRENTE** : **ROSILENE MARIA SABBATINI**  
**RECORRENTE** : **MARCIO ROGELIO CHECHETO**  
**ADVOGADOS** : **CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO E OUTRO(S) -**  
SP211735  
GLAUCE MANUELA MOLINA - SP208103  
**RECORRIDO** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **KRISTINA YASSUKO IHA KIAN WANDALSEN E OUTRO(S) -**  
SP146276  
**AGRAVANTE** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **LUCIANA REGINA MICELLI LUPINACCI DOS SANTOS E**  
OUTRO(S) - SP246319  
**AGRAVADO** : **IZILDA LOPES BARBOSA**  
**AGRAVADO** : **LUIZ CARLOS PIMENTEL**  
**AGRAVADO** : **ANGELA MARIA POSSIGNOLO GABRIEL**  
**AGRAVADO** : **ROSILENE MARIA SABBATINI**  
**AGRAVADO** : **MARCIO ROGELIO CHECHETO**  
**ADVOGADOS** : **CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO E OUTRO(S) -**  
SP211735  
GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO - SP206949  
LARISSA BORETTI MORESSI - SP188752  
THIAGO HENRIQUE RAMOS DESEN - SP390828

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo Estado de São Paulo contra decisão que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado (e-STJ fl. 154):

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Pretensão das diferenças determinadas pela conversão em URV - Sentença improcedente - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Prescrição do fundo de direito - Inocorrência - Prescrição que atinge somente as parcelas anteriores ao quinquênio legal - Diferenças determinadas pela equivocada conversão em URV, no período de transição monetária - Utilização das normas editadas

pela União no âmbito dos Estados e Municípios - Jurisprudência dos Tribunais Superiores - Sentença reformada - Preliminar afastada, recurso provido.

Nas razões do especial, o recorrente sustenta violação do art. 1º do Dec.-Lei n. 20.910/1932, pois a pretensão da parte ora recorrida deve ser considerada prescrita. Uma vez que (e-STJ fl. 179): "a contenda diz respeito ao direito à conversão que supostamente não teria sido feita e, por via de consequência, às diferenças não pagas."

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 265/277.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial ao vincular o provimento das teses recursais a prévio exame probatório dos autos e em face da não demonstração da divergência jurisprudencial.

Nas razões do agravo, o recorrente sustenta que demonstrou a afronta à violação do art. 1º do Dec.-Lei n. 20.910/1932 e a existência de divergência jurisprudencial.

Contraminuta às e-STJ fls. 314/327.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Quanto às pretensões atinentes ao recebimento de diferenças salariais suportadas por servidores cujas remunerações foram convertidas sem a observação das diretrizes da Lei n. 8.880/1994, o Superior Tribunal de Justiça já declarou que:

- Somente as parcelas vencidas há mais de cinco anos da demanda são consideradas prescritas, pois a relação jurídica do pagamento remuneratório se renova mensalmente. Nesse sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.653.969/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017; REsp 1.688.234/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 10/10/2017;

- Reajustes posteriores à conversão não compensam as diferenças com a conversão do padrão remuneratório equivocada, pois não possuem a mesma natureza jurídica. Eventual termo final das diferenças remuneratórias ocorre apenas quando a carreira é reestruturada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.058.127/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 29/09/2017;

- As diferenças salariais ocorreram nas remunerações pagas antes do final do mês de referência. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.651.176/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017; REsp 1.664.012/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 16/06/2017;

- A forma de conversão salarial prevista na Lei n. 8.880/1994 deve ser aplicada a remunerações de todos servidores dos entes federativos (União, Estados e Municípios). Nesse sentido: AgInt no RMS 35.674/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017; AgRg no REsp 1529479/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 20/09/2017.

em 27/10/2015, DJe 13/11/2015;

- A observação dos critérios de conversão deve ser realizada inclusive no cálculo das remunerações e proventos devidos a servidores ingressos no serviço público após a edição da Lei n. 8.880/1994. A propósito: REsp 1682825/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 26/10/2017.

Dessa forma, observa-se que o acórdão de origem não deve ser reformado porque observa a jurisprudência do STJ quanto à não ocorrência da prescrição do fundo de direito.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator

